Proc. TC-007.872/2013-5
Tomada de Contas Especial

PARECER

Examina-se, nesta etapa processual, proposta formulada pela Secex-RJ no sentido de retificar, por inexactidão material, o Acórdão nº 2.750/2014-Plenário, de modo a corrigir a data de alguns dos débitos constantes de vários subitens do referido **decisum**.

Embora concordemos, em essência, com a proposta alvitada pela unidade técnica, apontamos que, segundo os ofícios de citação que compõem as peças 12 e 13 destes autos, as datas corretas dos débitos em questão não correspondem àquelas indicadas pela unidade instrutiva em sua derradeira instrução (peça 65).

A propósito, a retificação do acórdão **supra** nos moldes em que proporemos adiante, por não significar nenhum prejuízo às situações das responsáveis, não ensejará a devolução do prazo às partes, nos termos do art. 184, parágrafo único, do RI/TCU.

Desse modo, à vista dos elementos constantes dos autos, divergimos parcialmente da proposta da Secex-RJ e sugerimos ao Tribunal que retifique, com fulcro na Súmula/TCU nº 145, o Acórdão nº 2.750/2014-Plenário, nos moldes a seguir:

No item 9.2.1.2 onde se lê o valor de R\$ 1.303,44 na parcela correspondente ao dia 31/6/2003, leia-se 1/7/2003.

No item 9.2.1.3 onde se lê o valor de R\$ 1.192,45 na parcela correspondente ao dia 31/11/2001, leia-se 1/12/2001.

No item 9.2.1.5 onde se lê o valor de R\$ 1.526,55 na parcela correspondente ao dia 31/4/2006, leia-se 1/5/2006.

No item 9.2.1.8 onde se lê o valor de R\$ 1.224,02 na parcela correspondente ao dia 31/4/2003, leia-se 1/5/2003.

No item 9.2.1.8 onde se lê o valor de R\$ 1.531,64 na parcela correspondente ao dia 31/11/2004, leia-se 1/12/2004.

No item 9.2.2.1 onde se lê o valor de R\$ 737,24 na parcela correspondente ao dia 31/6/2000, leia-se 1/7/2000.

No item 9.2.2.1 onde se lê o valor de R\$ 1.097,83 na parcela correspondente ao dia 31/9/2003, leia-se 1/10/2003.

No item 9.2.2.1 onde se lê o valor de R\$ 1.147,56 na parcela correspondente ao dia 31/4/2005, leia-se 1/5/2005

No item 9.2.2.1 onde se lê o valor de R\$ 1.390,10 na parcela correspondente ao dia 31/6/2008, leia-se 1/7/2008.

Ministério Público, em 2 de julho de 2015.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador